

## Sobre a redução das desigualdades: barreiras simbólicas das cidades na Amazônia Legal

*On the reduction of inequalities: symbolic barriers of cities in the legal amazon*

Walace Rodrigues<sup>a</sup>.

<sup>a</sup>Universidade Federal do Norte do Tocantins – UFNT. E-mail: walacewalace@hotmail.com.

**Resumo:** Por meio deste artigo, buscamos pensar as cidades amazônicas a partir de um dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável: a redução das desigualdades. Neste caminho, discorremos um pouco sobre a história de construção de algumas cidades da Amazônia Legal e verificamos como o desenvolvimento de seus espaços urbanos marca claramente uma rígida estratificação social na região. Para este trabalho tomamos um aporte bibliográfico e uma análise reflexiva e qualitativa para tentar dar conta de nossos argumentos, revelando que as cidades amazônicas ainda têm um caminho longo a trilhar rumo à redução das desigualdades, principalmente em relação às desigualdades sociais e simbólicas a partir de seus espaços urbanos planejados e construídos

**Palavras-chave:** Cidades amazônicas; Desigualdades simbólicas; Espaços urbanos.

**Abstract:** Through this paper, we seek to think about Amazonian cities from the tenth Sustainable Development Goal: the reduction of inequalities. In this way, we talk a little about the construction history of some cities in the Legal Amazon and verify how the construction of their urban spaces clearly marks a rigid social stratification in the region. For this work we took a bibliographical contribution and a reflective and qualitative analysis to try to account for our arguments, revealing that the Amazonian cities still have a long way to go towards the reduction of inequalities, mainly in relation to social and symbolic inequalities from their planned and built urban spaces.

**Keywords:** Amazonian cities; Symbolic inequalities; Urban spaces.

Submetido em: 27/09/2024.  
Aceito em: 16/04/2025.

### 1 INTRODUÇÃO

Este artigo objetiva pensar sobre as cidades da Amazônia Legal como constructos urbanos que acabam por trabalharem para uma iniquidade social por meio de seus arranjos espaciais. Tais cidades são reflexos, em nosso pensar, de uma estrutura social estratificada e que permite pouca mobilidade social, o que podemos entender a partir das barreiras simbólicas impostas aos mais socialmente vulneráveis nas cidades amazônicas.

Compreendemos, portanto, as cidades amazônicas como cidades brasileiras advindas a partir de um pensar sobre algumas das maiores cidades do país no século XX, como Rio de Janeiro e São Paulo, principalmente. Obviamente que compreendemos o surgimento e crescimento de cada cidade amazônica como único, como um processo, mas vemos que elas acabaram por espelharem-se nas grandes cidades brasileiras.

Neste caminho, pensamos que, a partir décimo objetivo (redução das

desigualdades) dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável: redução das desigualdades, podemos compreender como os arranjos espaciais das cidades amazônicas foram utilizados como barreiras simbólicas que somente aumentavam a estratificação social por meio de proibições simbólicas de acesso a determinados lugares urbanos. Clarificamos que o caráter simbólico das coisas, que é sempre uma construção coletiva, tem como objetivo diferenciar e separar, marcando claras distinções. E o uso de oferecer forte caráter simbólico aos espaços também é um mecanismo de dominação e poder, como o tomamos neste texto.

Ainda, nossa pesquisa para este trabalho foi de natureza analítica e qualitativa, buscando exemplos em cidades da região amazônica para dar aporte de sentidos para nossa discussão, bem como tentamos utilizar uma pesquisa bibliográfica bastante voltada para as questões amazônicas para subsidiar nossa argumentação.

Vale informar aqui que os ODS são o resultado de um muitas experiências globais após a gerra fria. A Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) começaram a levantar a necessidade de discussão sobre o bem-estar econômico, sustentabilidade e desenvolvimento social para o mundo.

Os trabalhos do Prêmio Nobel de Economia Amartya Sen, um dos criadores do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), aportou para as discussões dos ODS em relação à sua teoria do desenvolvimento centrada na ampliação das oportunidades, das liberdades e das capacidades dos próprios cidadãos em relação às escolhas em suas vidas. Essa visão de Sen vai em direção ao compromisso para combater a extrema pobreza e outros problemas sociais que 189 países firmaram na ONU no ano 2000.

Compreendemos que os ODS têm poder mobilizador, por fazerem parte de uma agenda positiva de pensar e agir em relação ao desenvolvimento sustentável das pessoas e das nações. Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) surgiram em 2015, dando continuidade a um projeto da ONU que deu resultados muito positivos mundo afora. Este referido projeto foi o dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), que tomou forma em 2000 por meio de oito objetivos. Vários países participantes do ODM e chegaram a 2015 com bons resultados em relação à redução da pobreza, melhor acesso à educação e maior acesso à água potável.

Os dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são: ODS 1 – Erradicação da pobreza; ODS 2 – Fome zero e agricultura sustentável; ODS 3 – Saúde e bem-estar; ODS 4 – Educação de qualidade; ODS 5 – Igualdade de gênero; ODS 6 – Água potável e saneamento; ODS 7 – Energia limpa e acessível; ODS 8 – Trabalho decente e crescimento econômico; ODS 9 – Indústria, inovação e infraestrutura; ODS 10 – Redução das desigualdades; ODS 11 – Cidades e comunidades sustentáveis; ODS 12 – Consumo e produção responsáveis; ODS 13 – Ação contra a mudança global do clima; ODS 14 – Vida na água; ODS 15 – Vida terrestre; ODS 16 – Paz, justiça e instituições eficazes; e ODS 17 – Parcerias e meios de implementação.

## 2 CIDADES AMAZÔNICAS E SEUS ESPAÇOS DE VIOLENCIA SIMBÓLICA

Devemos pensar que as cidades são agrupamentos sociais densamente povoados e com áreas residenciais, comerciais e industriais agrupadas. Nas cidades há um grande núcleo populacional em determinada área (urbana) em oposição a uma área mais afastada do centro e mais voltada à agricultura (rural). Nas cidades podemos perceber um certo estilo de vida dos seus habitantes. Tais

pessoas são diretamente afetadas pela urbanização (infraestrutura, organização dos espaços, serviços, transportes etc) e pela concentração de atividades econômicas que dão emprego a um grande número de pessoas. Borges e Rodrigues deixam claro que:

Vale aqui ressaltar que os termos cidade e urbano, apesar de serem comumente usados como sinônimos, designam elementos diferentes de espaços. Ainda, o urbano se diferencia do rural porque concentram atividades socioeconômicas distintas. O urbano detém atividades ligadas aos setores secundários (indústrias) e terciários (comércio e serviços), enquanto o rural está ligado às áreas pouco ocupadas (como, em alguns casos, com ecossistemas nativos mais bem preservados) e mais agrárias, ligadas ao setor primário (agropecuária, mineração e as mais diversas formas de extrativismo). A cidade coloca-se, portanto, como a materialização do que consideramos como urbano, com suas aglomerações populacionais e suas expressões espaciais (prédios, conjuntos de casas, prédios, aeroportos, shoppings, áreas de lazer etc). (Borges; Rodrigues, 2022, p. 18)

Sobre as cidades na Amazônia Legal, vale destacar aqui uma passagem de Rogério Almeida refletindo sobre esta região e seus inúmeros “abacaxis” (problemas):

A Amazônia é uma floresta urbana. 70% da população ocupa as grandes e médias cidades. Berta Becker, geógrafa da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), chacoalhou o debate na academia quando fez a afirmação em tempos idos. A pesquisadora recordou o fato quando esteve em Belém, durante um seminário internacional, “Cidade na floresta”, organizado pelo Núcleo de Altos Estudos da Amazônia (NAEA), da Universidade Federal do Pará (UFPA), entre os dias 29 de novembro a 01 de dezembro de 2006. (Almeida, 2020, p. 12)

Tomando um pouco de nossa história, podemos verificar que, no Brasil, as cidades litorâneas de São Salvador da Bahia e São Sebastião do Rio de Janeiro podem ser tidas como as primeiras “grandes” cidades coloniais e que permitiram o crescimento populacional do país em direção ao interior. Cidades mais afastadas das costas litorâneas, mas sempre perto de rios (fontes de água e vias para o transporte fluvial), como São Paulo, ocasionaram uma grande expansão populacional em direção ao interior do Brasil. O ouro das Minas Gerais também moveu grande número de pessoas para cidades como Ouro Preto, Mariana, São João del Rey, entre outras, populando o Estado de Minas Gerais.

Lembremos que as maiores cidades da região amazônica são Belém e Manaus, ambas sofreram um boom durante o final do século XIX e começo do século XX, por meio da exploração de matérias-primas específicas. No caso de Belém, que já existia como um povoamento colonial português desde começos do século XVII, seu grande crescimento se deu com o ciclo da borracha, que viveu seu auge entre 1879 e 1912, tendo uma sobrevida entre 1942 e 1945, durante o período da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). A extração de látex das seringueiras foi fundamental para a indústria automobilística de então, o que impulsionou o crescimento de Belém.

Manaus também teve sua época de grande desenvolvimento econômico por causa do látex das seringueiras, transformando-se em uma das cidades mais imponentes e prósperas do mundo durante o período de ouro da *Belle Époque* Amazônica (1890-1920), época em que o ciclo da borracha viveu seu apogeu e quando as elites construíram seus monumentos arquitetônicos, moldando os espaços urbanos a seu gosto.

A influência europeia era visível em Belém e Manaus em fins do século XIX. Um exemplo disto é a arquitetura de construções imponentes como o Teatro da

Paz, em Belém, e o Teatro Amazonas, em Manaus. Vale lembrar que, no período do ciclo da borracha, a Amazônia foi responsável por quase 40% de toda a exportação brasileira, superando as exportações de café de regiões como São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo.

Neste caminho, tomamos Belém e Manaus como exemplos de como a região amazônica produziu desigualdades a partir dos espaços urbanos. Temos que pensar que os espaços públicos das cidades são lugares de disputas, vivências e sociabilidades, ou seja, marcadamente emocionais para os que habitam tais cidades. Assim, o planejamento e as construções públicas devem servir para todos os habitantes das cidades e não somente para determinados grupos.

Tanto Belém como Manaus têm muito em comum em suas histórias de povoamento e ocupação dos espaços, conforme nos diz Rogério Almeida:

*Santa Maria do Grão Pará, nome oficial de Belém, nasceu às margens do rio Amazonas, lá num distante 1616, quando imperava nestas terras o povo Tupinambá. Os(as) pesquisadores(as) dedicados(as) na investigação sobre o urbano sinalizam que é junto aos postos de troca de mercadoria que as cidades germinam. Lá pertinho o forte do Castelo aguarda os novos saqueadores. Ainda hoje os canhões estão apontados para a baía. A cidade é quase uma ilha. Pena ter crescido de costas para o rio, subjugado pela corrida imobiliária, assim como Manaus, que rivaliza a hegemonia política e tragédias urbanas na Amazônia: violência, péssimo transporte coletivo, concentração de palafitas, problemas de trânsito e saneamento. (Almeida, 2020, p. 234, grifo nosso).*

Ainda, vale lembrar que os espaços urbanos devem ser lugares de vivência da tolerância, da convivência com o diferente, de aceitação do “outro”. Neste caminhar, pensemos que nossa tradição histórica e colonial é de construção de desigualdades por meio do cerceamento de liberdades e do uso

do autoritarismo, como bem nos diz Paulo Freire, e nossas cidades são um claro reflexo disto. Freire assevera que:

A herança brasileira é colonial, de natureza autoritária. E temos nessa herança a sublevação da liberdade. Mas temos também, ao longo da nossa história, as expressões de luta contra a repressão, os “Quilombos”. Vivemos no Brasil de um lado a repressão, de outro os quilombos. E eu vejo os quilombos como a expressão da ansiedade legítima de liberdade (Freire, 1994, p. 9)

Também, Nelson Tomelin Jr. vai nos dizer que essa imposição binária de poder do “patrão-doutor” para com a classe trabalhadora amazônica revelava (e ainda revela) os meandros das ideologias das elites em desfavor dos trabalhadores:

*A imagem social laudatória do “patrão-doutor” é uma das faces da violência contra a classe trabalhadora no Brasil. As figuras do “empregador” e do “empregado” são resultado de uma construção ideológica elaborada com a implantação das leis trabalhistas do governo Vargas, em período que igualmente marcaria a região Amazônica, com a segunda grande frente de extração da borracha (1942-1945) e seu “exército” de “soldados” durante a Segunda Guerra Mundial. Também o vocabulário de guerra utilizado no período para aquela devastadora frente produtiva esconde ideologias articuladas como “saberes” de uma elite planejadora. No entanto, esse trabalho jamais seria possível sem o conhecimento dos trabalhadores e trabalhadoras. (Tomelin Jr., 2020, p. 200, grifo nosso).*

Acreditamos que essa elite planejadora amazônica sempre esteve se articulando contra os trabalhadores. Isso desde os começos dos trabalhos no Brasil colônia até os dias atuais. Hoje, o neoliberalismo torna-se a ideologia dominante das elites brasileiras, buscando um Estado mínimo e a mínima oferta de

serviços públicos gratuitos aos grupos mais vulneráveis socialmente.

Vale lembrar que ideologia de dominação (uma filosofia) é diferente de mecanismo de dominação (aparatos sociais), mas elas se unem em um conjunto de práticas para dominar. Uma depende da outra e se associam com o intuito de legitimar a imposição de seus sistemas de poder.

Podemos entender, ainda, que as cidades amazônicas seguiram o planejamento das outras cidades brasileiras: de exclusão dos mais pobres das áreas mais centrais e da construção de imponentes monumentos arquitetônicos para as elites nos centros das cidades. Isso revela uma clara divisão social das cidades, acarretando uma violência simbólica contra os mais vulneráveis, pois os mais pobres brasileiros são ensinados, desde muito pequenos, que eles não pertencem a certos lugares urbanos (como teatros, cinemas, museus, galerias de artes etc). E isto é cruel, mas real nas cidades brasileiras e deve ser desarticulado como ideologia de planejamento urbano.

No entanto, não somente as grandes cidades da região amazônica têm problemas relacionados às construções dos espaços urbanos pensados a partir das necessidades das elites locais. Araguaína, uma cidade mediana do norte do Tocantins, também apresenta sérios problemas de saneamento básico e tratamento de esgoto, acesso a serviços públicos básicos, falta bibliotecas escolares, entre tantos outros.

Um exemplo de violência simbólica em Araguaína é o lugar onde o único cinema da cidade está localizado, na Avenida Neblina. Nesta avenida não passa ônibus e o comércio da área detém algumas das lojas mais caras da cidade. Perguntamo-nos como os mais vulneráveis terão acesso ao cinema se nem por transporte público podem chegar a tal local? Aí está um típico caso de violência simbólica e de segregação dos

espaços públicos das cidades, limitando o acesso, cerceando o direito de todos à cidade.

Ainda nesta toada, a redução das desigualdades também passa pela questão dos acessos sociais aos serviços e espaços das/nas cidades. Áreas onde os grupos mais pobres não são nem convidados a participar deixam nítida a clara tradição brasileira de exclusão por meio do poder social, econômico, racial, ideológico, simbólico etc. Percebemos que a trilogia de dominação colonial “classe, raça, gênero” ainda é fortemente operante em nosso país. Tal trilogia opera a partir de uma lógica utilitarista e comercial, tornando os corpos mercadorias, assim como aconteceu na escravidão dos africanos trazidos para as Américas para executar trabalhos forçados.

Vale deixar claro, aqui, o que seria o conceito de violência simbólica do qual nos utilizamos neste texto. Este conceito em que nos amparamos foi elaborado pelo pensador francês Pierre Bourdieu, revelando o processo de perpetuação e imposição de valores culturais. Tal forma de violência é mais visível na dicotomia alta versus baixa cultura, cultura de elite versus cultura do povo. Seus efeitos são psicológicos e marcam-nos por meio de nossas percepções afetivas e de pertencimentos. A violência simbólica é uma forma de autoritarismo que se desmancha no ar, pois é não material, de natureza a afetar-nos intimamente, colocando cada um em “seu devido lugar” (de acordo com normas socialmente estabelecidas).

Ainda, a dinâmica do mecanismo de exclusão capitalista trabalha para tentar subalternizar ainda mais os mais vulneráveis socialmente. A violência simbólica age, portanto, como uma forma de poder (vejamos o que Foucault relata sobre o poder) sobre as subjetividades. Michel Foucault fala-nos de que o poder são as “relações entre indivíduos”. E, neste texto, temos que os espaços das cidades auxiliam a sedimentar as relações

simbólicas de poder, pois governam também aonde as pessoas podem se sentir a vontade ou não em determinados lugares urbanos:

O poder são relações. O poder são relações entre indivíduos, uma relação que consiste que um pode conduzir a conduta do outro, determinar a conduta do outro. E determinada voluntariamente em função de uma série de objetivos que são seus. Dito de outra forma, quando olhamos o que é o poder, o poder é um exercício de governo, no sentido amplo do termo. Pode-se governar uma sociedade, pode-se governar um grupo, uma comunidade, uma família, e se pode governar alguém. Quando digo governar alguém é simplesmente no sentido de que se pode determinar sua conduta em função de estratégias, usando certas táticas. Se quiser, é a governabilidade em um sentido amplo entendida como um conjunto de relações de poder e técnicas que permitem que a relação de poder se exerçite, assim tenho experimentado estudar. Como é governar os loucos; como é colocado o problema do governo dos enfermos (o governo entre aspas em um sentido amplo e rico), como se governa os enfermos; o que se tem feito; que lugar lhes é dado; onde são colocados, em qual sistema de tratamento, de vigilância, de benevolência, de filantropia, como se organiza o campo econômico do cuidado dos enfermos, tudo isso que se tem que ver. É seguro que esta governabilidade não tem deixado de ser mais rigorosa com o passar dos anos. (Foucault, 1981, não paginado).

O poder da violência simbólica tem suas estruturas na perpetuação das disparidades socioculturais e pode causar mais dificuldades para que as pessoas vulnerabilizadas atinjam seu pleno potencial humano e sua plena capacidade produtiva. Relembremos que as elites brasileiras sempre tenderam a mobilizar privilégios raciais, sociais e econômicos em seu favor, sempre buscando um modelo de “superioridade” de acordo com as concepções socioeconômicas baseadas em padrões eurocêntricos.

Assim, podemos pensar que as relações em sociedade que produzem as cidades e seus espaços são, também, frutos de uma dinâmica conflituosa e bastante complexa. De acordo com José Raimundo Trindade:

[...] a dinâmica urbana é bem mais complexa, além de que a organização do espaço urbano de acordo com a lógica produtiva e especulativa capitalista cria uma variedade de conflitos socioespaciais, sejam decorrentes da segregação e desigualdades inerentes ao capitalismo, seja pela justaposição no espaço urbano das diversas classes, etnias, credos e culturas, que estabelecem laços e interações que vão além do aspecto econômico ou da hegemonia social da burguesia, porém sempre interagindo com os fenômenos de especulação e exploração inerentes a esta ordem sistêmica. Deste modo, o espaço transformado social e economicamente atua não somente modificando, mas condicionando e regulando as relações de produção e representação sociais. Portanto, o espaço constitui uma arena orgânica não somente do processo de produção das coisas e de seu consumo, mas abrange também a reprodução das relações sociais e das próprias relações de domínio de classe, inclusive sob os aspectos ideológicos e culturais, sendo parte tanto da reprodução quanto representação sociais estabelecidas no capitalismo. (Trindade, 2020, não paginado).

Neste sentido, a Amazônia sempre foi um vasto território visto como um lugar a ser dominado, como um espaço a ser povoado, como uma grande fonte de recursos naturais para serem extraídos, entre outros pontos de vista capitalistas e depredadores. Tal espaço colocou-se como um lugar onde o poder foi exercido sem controle legal pelos “patrões-doutores”.

Ainda, pensando nas cidades amazônicas como cercadas por importantes áreas verdes que não são devidamente cuidadas e dos poucos

parques nas áreas mais centrais das cidades, vale destacar a necessidade atual da preservação ecológica no cerne do planejamento urbano, como nos diz David Harvey:

Nos últimos anos, no entanto, alguma atenção começou a ser dada, particularmente por ambientalistas de uma persuasão mais gerencial, à questão das cidades "sustentáveis" e formas de crescimento e mudança urbana mais amigáveis ao meio ambiente. Mas a separação das análises urbanas das ambientais (e uma nostalgia enjoativa do rural e seu senso de comunidade supostamente bem equilibrado) ainda é muito marcante para o conforto. O melhor que os ecologistas (em oposição ao movimento de justiça ambiental) parecem ser capazes de oferecer é algum retorno a uma urbanização regulada pelas restrições metabólicas de um mundo biorregional como supostamente existiu no que eram realmente pestilentes e poluídos medievais ou antigos tempos, ou uma dissolução total das cidades em comunas descentralizadas ou entidades municipais nas quais, acredita-se, a proximidade com alguma qualidade ficcional chamada "natureza" nos predisporá a linhas de ação consciente (em oposição à forçada) que respeitarão as qualidades de o mundo natural que nos rodeia (como se decantar tudo das grandes cidades para o campo garantisse de alguma forma a preservação da biodiversidade, das qualidades da água e do ar etc.). *E muito do que se passa por ecologicamente sensível nos campos da arquitetura, urbanismo e teoria urbana não passa de uma concessão à moda e àquela estética burguesa que gosta de realçar o urbano com um pouco de verde, uma pitada de água e um vislumbre do céu.* (Harvey, 2004, p. 41-42, tradução nossa, grifo nosso)

Podemos destacar que os bairros mais pobres das cidades citadas, como em grande parte do restante do Brasil, há pouco aparatos sociais, se compararmos estes bairros periféricos com os centros e os bairros mais ricos. Nas periferias

urbanas o máximo que temos para o lazer das pessoas mais pobres são praças (obras públicas que dão muita visibilidade política).

Indo em direção a este pensar sobre as cidades amazônicas como espaços de violência simbólica, vemos que há uma dificuldade de ocupação de alguns espaços públicos que são extremamente demarcados simbolicamente, como o Teatro da Paz, em Belém; como o Teatro Amazonas, em Manaus; como o cinema, em Araguaína; entre muitos outros exemplos que poderíamos oferecer aqui.

A demarcação simbólica dos espaços faz com que os preconceitos contra os mais vulneráveis somente aumentem. Na Amazônia, os grupos subjugados economicamente, racialmente, socialmente, politicamente etc acabam por se tornarem ainda mais fragilizados e vulneráveis (Rodrigues, 2015, 2019). Porto-Gonçalves nos diz que:

As ameaças que pairam sobre esses povos [indígenas] são as mesmas que pairam sobre os afroamazônidas, sobre os camponeses e sobre seus parentes que vivem precariamente nas periferias urbanas. É a mesma dinâmica do sistema mundo capitalista moderno-colonial que afeta a todos. A visão colonial de reservar/resguardar, de criar reservas/resguardos, vem condicionando as próprias reivindicações dos povos indígenas com a crença de que, "uma vez que a integridade territorial esteja intacta", estariam protegidos. Há uma agenda política que vem se consagrando que aceita essa premissa de separar/resguardar terras indígenas e as áreas de proteção natural que, no fundo, não enfrenta as causas que vêm ameaçando todas as formas de vida e os grupos/classes sociais em situação de subalternização, embora seus efeitos também acabem por atingir a todos, sem exceção – ainda que de modo desigual, segundo suas geografias e condição social. (Porto-Gonçalves, 2018, p. 98).

A pesquisadora Edna Castro também pensa, como nós, que as políticas de

desenvolvimento dos espaços amazônicos são violentas:

As práticas que acompanham as políticas de desenvolvimento são marcadas pela violência, imperativas, autoritárias e monolíticas. Justamente por serem processos que alteram o uso da terra com deslocamentos forçados de populações no campo e também de pequenas cidades. Os grandes empreendidos se incrustam nos territórios já ocupados, mas funcionam com lógica e práticas privadas. Têm o poder de influenciar a formulação e a aprovação de dispositivos legais que favoreçam seus interesses sobre o território. (Castro, 2020, p. 184, grifo nosso).

E tomando como pensamento que a Amazônia Legal detém uma grande parte do norte e nordeste do país, podemos compreender os interesses de diferentes grupos pelos mais variados tipos de exploração dos produtos naturais da região, como bem vimos na enlouquecida corrida ao ouro na Serra Pelada, em Curionópolis, no sudeste do Pará, na década de 1980.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como pudemos perceber no texto, as cidades amazônicas brasileiras atuais exacerbam as exclusões espaciais, traços de uma história marcada por cidades construídas para as elites. As cidades tornaram-se espaços de contínua exclusão social, econômica e simbólica, relegando aos mais vulneráveis as margens e os espaços pouco cuidados.

Vale pensar que é a partir da realidade que criamos subjetividades, marcamos os espaços simbolicamente como lugares de “ricos” e de “pobres”, ocupados ou não, com valor social ou não. Neste sentido, o planejamento de nossas cidades amazônicas vem seguindo a lógica da exploração dos recursos naturais, do capitalismo e do neoliberalismo, revelando-se como lugares de profundas

exclusões dos grupos mais maltratados socialmente.

Vemos que ainda temos que romper muitas assimetrias sociais, buscando desvelar e acabar com situações de violência simbólica<sup>2</sup> contra os mais vulneráveis, restabelecendo as cidades como espaços para todos os grupos sociais que a habitam. E o planejamento das cidades e de seus espaços pode ser uma dessas possibilidades de redução das desigualdades, pois o pertencimento à cidade é um aspecto que faz com que o indivíduo se sinta integrado aos espaços urbanos e não discriminados por eles ou até mesmo excluído deles.

Acreditamos que uma alternativa possível para deixar ver os mecanismos excludentes e desiguais do planejamento e da ocupação dos espaços urbanos das cidades seja interrogar as instituições, interrogar os discursos e as práticas urbanas de nossas cidades a partir das tecnologias de poder empregadas. E isso pode ser bastante construtivo. Pois não podemos cair no perigo de naturalizar um discurso excludente por meio dos espaços urbanos, mas devemos lutar por voz para os relatos alternativos aos discursos hegemônicos de poder.

A discussão em torno das relações assimétricas de poder que envolvem o planejamento e a execução de obras públicas em nossas cidades amazônicas pode auxiliar a ressignificar as relações de poder a partir de uma ocupação mais igualitária dos espaços das cidades, transformando os espaços urbanos em lugares para todos.

Por fim, compreendemos que o direito de todos os grupos sociais à cidade coloca-se, portanto, como uma relevante questão de redução das desigualdades, principalmente as desigualdades simbólicas impostas por constructos culturais, sociais e econômicos. Portanto, o poder público das cidades deve promover políticas públicas para acabar com as barreiras simbólicas urbanas para os mais

vulneráveis. Assim, as cidades devem ser construídas a partir de um entendimento de que todos podem aproveitar de seus espaços e que elas não podem contribuir com a exclusão e o aumento da violência contra os mais vulneráveis.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rogério. **Amazônia(s):** pequenas inflexões sobre grandes abacaxis. 1. ed., Marabá: Iguana, 2020.

BORGES, Thelma Pontes; RODRIGUES, Wallace. Introdução: reflexões sobre o direito de todos à cidade. In: **Cidade para diversidade.** Thelma Pontes Borges, Wallace Rodrigues (orgs.). Palmas, TO: Editora Universitária – EdUFT, 2022.

CASTRO, Edna. Memórias do trabalho na fronteira: as marcas coloniais da produção de ferro-gusa em Açaílândia (MA). In: **Amazônia:** apontamentos de história oral. Renan Freitas Pinto, Lúcia Puga e Tatiana Pedrosa (orgs.). Manaus: Editora Valer/PPGICH – UEA, 2020, p. 149-190.

FOUCAULT, Michel. Entrevista com Michel Foucault na Universidade Católica de Louvain em 1981 –Trad. Santos. Berten entrevista Foucault (1981). **Clinicand.** Abril 15, 2018 por Anderson dos Santos. Disponível em: <http://clinicand.com/2018/04/15/entrevista-com-michel-foucault/>. Acesso em: 6 maio 2023.

FREIRE, Paulo. Ensinar, Aprendendo. IN: **O Comunitário.** Publicação da Escola Comunitária de Campinas. Março de 1994, v. 38, n. 6, p. 5-9. Disponível em: <http://acervo.paulofreire.org:8080/jspui/handle/7891/3010>. Acesso em: 5 maio 2023.

HARVEY, David. **Megacities Lecture.** Amersfoort. The Netherlands: Twynstra Gudde Management Consultants, 2004.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia:** encruzilhada civilizatória. Tensões territoriais em curso. Bolívia, IPDRS/CIDES-UMSA, 2018.

RODRIGUES, Wallace. **O processo de ensino-aprendizagem Apinayé através da confecção de seus instrumentos musicais.** Universiteit Leiden. Doutorado em Humanidades, 2015, 240f.

RODRIGUES, Wallace; ALBUQUERQUE, Francisco Edviges; MILLER, Michol. Decolonizing English language teaching for Brazilian Indigenous peoples. **Educação & Realidade.** UFRGS, v. 44, n. 2, p. 1-15, 2019. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/2175-623681725> Acesso em: 10 fev. 2024.

TOMELIN JR., Nelson. Trabalho, memória e direito à cidade no interior da Amazônia brasileira (Coari, décadas de 1980 à 2000). In: **Amazônia:** apontamentos de história oral. Renan Freitas Pinto, Lúcia Puga e Tatiana Pedrosa (orgs.). Manaus: Editora Valer/PPGICH – UEA, 2020, p. 191-236.

TRINDADE, José Raimundo. A disputa social da cidade. **A Terra redonda.** [S. l.], 25 de agosto de 2020. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/a-disputa-social-da-cidade>. Acesso em: 6 maio 2023.



## WALACE RODRIGUES

Pós-Doutor pela Universidade de Brasília – UnB/POSLIT. Doutor em Humanidades, mestre em Estudos Latino-Americanos e Ameríndios e mestre em História da Arte Moderna e Contemporânea pela Universiteit Leiden (Países Baixos). Licenciado pleno em Educação Artística pela UERJ e com complementação pedagógica em Letras/Português e em Pedagogia. Professor da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT). Docente do Programa de

Pós-Graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal do Norte do Tocantins (PPGLLit/UFNT). Pesquisador no grupo de pesquisa Grupo de Estudos do Sentido - Tocantins – GESTO, CAPES/CNPq.

## NOTAS

<sup>1</sup> Tradução nossa de “In recent years, however, some attention has begun to be paid, particularly by environmentalists of a more managerial persuasion, to the question of ‘sustainable’ cities and more environmentally friendly forms of urban growth and change. But the separation of urban from environmental analyses (and a cloying nostalgia for the rural and its supposedly well#balanced sense of community) is still far too marked for comfort. The best that the ecologists (as opposed to the environmental justice movement) seem to be able to offer is either some return to an urbanization regulated by the metabolic constraints of a bioregional world as it supposedly existed in

what were actually pestiferous and polluted medieval or ancient times, or a total dissolution of cities into decentralised communes or municipal entities in which, it is believed, proximity to some fictional quality called ‘nature’ will predispose us to lines of conscious (as opposed to enforced) action that will respect the qualities of the natural world around us (as if decanting everyone from large cities into the countrysides will somehow guarantee the preservation of biodiversity, water and air qualities, and the like). And far too much of what passes for ecologically sensitive in the fields of architecture, urban planning and urban theory amounts to little more than a concession to trendiness and to that bourgeois aesthetics that likes to enhance the urban with a bit of green, a dash of water, and a glimpse of sky.”

<sup>2</sup> Aqui compreendemos violência simbólica pela via dos estudos do sociólogo francês Pierre Bourdieu (1930-2002), que reflete sobre esta forma de violência que se dá por meio da linguagem, das classificações, das nomeações etc, reforçando desigualdades sociais estruturais, marcando espaços sociais, delimitando papéis e comportamentos sociais e reforçando discursos estigmatizantes. No Brasil, a frase “Você sabe com quem está falando?” revela, por exemplo, uma clara violência simbólica.

## AGRADECIMENTOS

Pesquisa realizada com apoio institucional do PPGLLitP-UFNT e CAPES/CNPQ.